



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 296166-8

COMARCA : Petrolândia – Vara Única
RECORRENTE : Jilvan Vieira Pires
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR
Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. FRAGILIDADE DAS PROVAS PARA A PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I – Comprovados nos autos a materialidade e indícios de autoria, compete ao juiz monocrático submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, vez que, na presente fase processual, prevalece o princípio “*in dubio pro societate*”.

II – Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 296166-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de maio de 2013.

Presidente

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Juiz Convocado/Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 296166-8

COMARCA : Petrolândia – Vara Única
RECORRENTE : Jilvan Vieira Pires
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR
Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

Jilvan Vieira Pires foi denunciado (fls. 02/02v) como incurso nas sanções do art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, por duas vezes, na forma dos arts. 29 e 69, todos do Código Penal.

Narra a denúncia que *no dia 03/10/2012, por volta das 04h:30min, nas proximidades do mercado público de Petrolândia/PE, o denunciado, em concurso com outras pessoas ainda não identificadas, tentou matar Adelan de Souza Lima e Fábio Bezerra de Moura mediante golpes de faca, não tendo conseguido atingir seus objetivos por circunstâncias alheias a sua vontade.*

Consta, ainda, que o denunciado, acompanhado de várias pessoas, abordaram as vítimas e passaram a agredi-las com pedaços de pau, socos e pontapés. Ato contínuo, o acusado deu um golpe de faca em Adelan de Souza Lima e um indivíduo não identificado atingiu Fábio Bezerra de Moura.

Concluída a instrução criminal, o Juiz processante acolheu a denúncia, pronunciando o réu nas penas do art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, por duas vezes, na forma dos arts. 29 e 69, todos do Código Penal, conforme sentença de fls. 111/116v.

Irresignado, o réu interpôs recurso em sentido estrito (fls. 120), oferecendo razões recursais às fls. 121/124, pugnando por absolvição, alegando a fragilidade das provas para a pronúncia.

A Promotoria de Justiça respondeu ao recurso (fls. 127/129), pugnando pela manutenção da sentença recorrida.

O togado monocrático, na fase do art. 589, do Código de Processo Penal, em despacho de fls. 131, manteve a sentença recorrida, remetendo os autos a este Sodalício.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, às fls. 140/143, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Inclua-se em pauta.

Recife, 04 de março de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Juiz Convocado/Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 296166-8

COMARCA : Petrolândia – Vara Única
RECORRENTE : Jilvan Vieira Pires
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR
Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO

Insurge-se, o recorrente, contra a sentença de pronúncia, pugnando por absolvição, alegando a fragilidade das provas.

A materialidade do delito é incontestante ante os autos de exame traumatológico (fls. 38 e 40), e auto de exame médico complementar de fls. 56. Observo que as lesões foram em regiões letais, quais sejam, nas costas, circunstâncias que patenteiam *de per si* o *animus necandi* do recorrente, não havendo que se falar em incerteza quanto à materialidade, conforme alegou a defesa nas razões recursais.

A autoria, por sua vez, apesar da negativa do réu perante a autoridade policial (fls. 11/12), e em juízo (fls. 108/108v), restou demonstrada pelos depoimentos das testemunhas ouvidas no decorrer do sumário de culpa.

Consta dos autos que no dia 03/10/2012, por volta das 04h:30min, nas proximidades do mercado público de Petrolândia/PE, o acusado, em concurso com outras pessoas ainda não identificadas, tentou matar Adelan de Souza Lima e Fábio Bezerra de Moura mediante golpes de faca, não tendo conseguido atingir seus objetivos por circunstâncias alheias a sua vontade.

Atente-se que o acusado Jilvan Vieira Pires, ao ser interrogado no inquérito (fls. 11/12), e em juízo (fls. 108/108v), nega o crime a si imputado, afirmando que no momento do fato delituoso narrado na denúncia, encontrava-se na companhia de colegas no Parque de Diversão "LIDER PARQUE", onde trabalha, e, após o encerramento das atividades no referido parque, foi dormir, declarações estas totalmente divorciadas das provas colhidas dos autos.

De outra parte, os depoimentos das vítimas e das testemunhas evidenciam a autoria e a vontade homicida do acusado, senão vejamos.

A vítima Fábio Bezerra de Moura, ao ser ouvida perante a autoridade policial (fls. 53/54), afirmou "(...) *que encontrava-se em companhia de seus amigos DERLAN e REGILHO; que na madrugada do dia 03 de outubro estavam eles assistindo a um evento artístico ocorrido no centro desta cidade, em homenagem ao padroeiro deste município; que com o término desse evento, o declarante e seus dois*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

amigos dirigiram-se em busca de transporte para conduzi-los a agrovila onde reside, endereço acima citado; que, sem nenhum motivo, foram eles cercados por várias pessoas do sexo masculino quando transitavam nas proximidades do mercado público; que essas pessoas passaram a agredi-los; que diante de tanta violência, o declarante evadiu-se quando foi atingido em suas costas por dois golpes de faca-peixeira; que naquele instante, embora estivesse escuro, o declarante pôde visualizar que o seu agressor trajava uma camisa azul; que devido ao ferimento sofrido, o declarante caiu desmaiado ao solo, enquanto que Adelan de Souza Lima também foi ferido gravemente e se encontra até o dia de hoje internado no hospital de Caruaru; que o ferimento sofrido por Adelan foi de natureza grave; que a pessoa que agrediu ADELAN a golpe de faca não foi o mesmo que o agrediu, porém esses agressores faziam parte do grupo de pessoas que os interceptaram e os agrediu; que REGILHO, seu amigo, ainda assistiu as agressões, porém conseguiu desvencilhar-se dos agressores e foi em busca de socorro junto a polícia militar; que posteriormente REGILHO reconheceu a pessoa que lhe esfaqueou apontando aos policiais e este foi preso, enquanto que o declarante estava sendo medicado no nosocômio local; que nunca tinha visto aquelas pessoas antes; (...); que lembra as características da pessoa que lhe agrediu com golpe de faca, sendo as seguintes: estatura baixa, cutis morena, complexão magra, usava boné o qual cobria parte do seu rosto, aparentando cerca de 23 anos; (...)"

Ao ser interrogada em juízo (fls. 99/99v), a vítima Fábio Bezerra de Moura confirmou suas declarações prestadas no inquérito, asseverando "(...) que algumas pessoas do park cercaram o depoente e a vítima Adelan e começaram a brigar; (...); que o depoente foi atingido nas costas; que tem certeza que foi o réu JILVAN quem o atingiu com um golpe de faca; que foi atingido por dois golpes nas costas; (...); que também foi espancado; que depois dos golpes de faca também foi atingido no rosto; (...); que chegou a ouvir dizer que Adelan já havia discutido com o réu por causa de uma namorada; (...); que o réu estava vestido com uma camisa azul, meio listrada; que o réu estava vestido com uma calça jeans; que viu que Adelan parou para mijar, mas o depoente continuou andando; que Regílio já estava mais na frente e por isso não foi atingido; (...); que não tem nenhuma dúvida que foi JILVAN; (...)"

A vítima Adelan de Souza Lima, ao ser interrogada perante a autoridade judiciária (fls. 98/98v), afirmou "(...) que estava no dia com alguns colegas e começou "um pau" no bar, nas proximidades do parque; que o depoente entrou na briga porque uma pessoa do parque teria batido na cara de uma conhecida de um dos colegas; que nessa hora da briga o depoente não foi ferido; (...); que quando estavam na praça, Regílio falou para irem até a pousada Atenise comprar uma bebida; que perto do Correio parou para urinar em frente as bancas; que sentiu ter sido golpeado pelas costas; (...); que não deu para ver o rosto da pessoa que lhe desferiu o golpe; que o depoente estava embriagado e não conseguiu saber quem havia lhe atingido; (...); que Fábio e Regílio também estavam na briga; que as pessoas que vieram como testemunhas de defesa não estavam na briga; (...); que Regílio falou ao depoente quem lhe havia furado; que Regílio falou que quem atingiu o depoente foi um menino do parque; (...); que o amigo que sofreu golpe de faca também tinha participado da briga; (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Regílio Alison de Oliveira, testemunha visual do fato delituoso narrado na denúncia, ao ser ouvido na fase inquisitorial (fls. 07/08), esclareceu "(...) que no dia de ontem (02/10/2012) o depoente saiu de sua casa, na companhia de Fábio Bezerra de Moura, que é seu vizinho, para assistir ao comício na cidade de Petrolândia; que chegou na festa por volta das 12:00 horas, na companhia de Fábio; que já na festa do padroeiro o depoente se encontrou com Adelan e outras pessoas; que o depoente ficou na companhia de Fábio, Adelan e outras pessoas até por volta das 04:30 horas, quando se afastou do grupo de amigos para ir ao sanitário; que quando o depoente retornava do sanitário percebeu que havia uma confusão e, por isso, ficou vendo à distância; que quando o depoente resolveu se aproximar da confusão, percebeu que um rapaz, de camisa azul, funcionário do parque de diversão instalado na festa pegou uma faca; que neste instante o depoente se retirou das proximidades e foi chamara a polícia para interceder na confusão; que quando o depoente encontrou a PMPE a situação já havia se normalizado, mas não encontrou mais seu grupo de amigos; que o depoente encontrou outros amigos quando já estava indo para casa; que o depoente e seus amigos perceberam manchas de sangue no chão e resolveram segui-las; que rastreando as manchas de sangue existentes no chão o depoente encontrou Adelan na calçada, caído e ainda sangrando bastante; (...); que quando os policiais souberam que Adelan havia sido esfaqueado e estava em estado grave, solicitaram a companhia do depoente para tentar localizar os agressores; que o depoente ingressou na viatura da PMPE e se deslocou até as proximidades de onde está instalado o parque de diversão, na cidade de Petrolândia; (...); que o depoente, bem como a PMPE, perceberam que havia barracas de camping montadas nas proximidades do parque de diversão, nas quais havia pessoas dormindo; que os policiais militares resolveram abordar as pessoas que se encontravam dormindo nas barracas de camping; que os policiais chegaram a abordar três barracas de camping e, justamente na terceira, o depoente pôde reconhecer a pessoa do conduzido como sendo a que pegou a faca no momento em que o depoente se aproximou da confusão; que o depoente reconheceu, de imediato, o conduzido como sendo a pessoa que havia pego a faca no momento da confusão, no parque de diversão; que no momento em que o conduzido foi abordado, ele estava sem camisa; que os policiais perguntaram ao depoente a cor da camisa que o conduzido utilizava no momento da confusão, tendo o depoente respondido que era de cor azul; que os policiais localizaram uma camisa de cor azul, e o depoente também reconheceu, de imediato, que era a camisa que o conduzido utilizava na oportunidade; (...); que quando os policiais levavam o depoente até sua casa para pegar os documentos, receberam uma informação de que havia mais uma pessoa ferida, nas proximidades de onde Adelan havia sido encontrado, ferido; que os policiais se deslocaram para o local indicado e encontraram a pessoa de Fábio, que também havia sido ferido pelo mesmo elemento, funcionário do parque de diversão; (...); que não tem dúvida de que foi o conduzido quem provocou as lesões que vitimaram as pessoas de Adelan e de Fábio; (...)".

Ao ser reinquirido perante a autoridade policial (fls. 57/58), Regílio Alison de Oliveira confirmou suas declarações prestadas às fls. 07/08, asseverando "(...) que com o término dos festejos naquela madrugada, o depoente e seus amigos caminhavam nas proximidades do mercado público quando foram abordados por vários homens desconhecidos; que essas pessoas passaram a agredi-lo, assim como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

agredir seus amigos Adelan e Fábio; (...); que tendo em vista a violência das agressões, o depoente empreendeu fuga; que o depoente ainda pôde observar naquele instante que dois daqueles homens estavam portando faca peixeira e essas duas pessoas estranhas golpearam Adelan e Fábio; (...); que os policiais diligenciaram em socorro de seus amigos, ao tempo em que o depoente apontou os agressores, sendo que um deles, o qual havia golpeado Fábio Bezerra, na oportunidade usava uma camisa de cor azul e foi pelo depoente reconhecido como um dos agressores; que os policiais efetuaram a prisão dessa pessoa identificada nestes autos como JILVAN VIEIRA PIRES; que o depoente tem plena certeza de que JILVAN fora a pessoa que golpeou a pessoa de Fábio Bezerra; que o depoente tem lembrança de que JILVAN estava de posse de uma faca de cabo branco, tipo faca serra, enquanto que a outra pessoa que agrediu Adelan portava um punhal; (...)”.

Ao ser interrogado em juízo (fls. 100/101), Regílio Alison de Oliveira confirmou suas declarações prestadas no inquérito, asseverando “(...) que tem certeza absoluta que era o acusado JILVAN que estava de posse de uma faca; que a faca tinha um cabo branco, que acha que era uma faca de serra “tipo de cortar pão”; (...); que a pessoa que atingiu Fábio vestia uma camisa azul escura e com listras verticais nas mangas; (...); que viu que o acusado usava um boné branco; (...)”.

Paulo Fernando Pereira da Silva e Danilo da Ressurreição Santos, policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado, por ocasião do inquérito (fls. 05/06 e 09/10), e em juízo (fls. 102/103), corroboraram as informações prestadas pela testemunha Regílio Alison de Oliveira, confirmando que diligenciaram, em companhia da testemunha citada, em busca dos autores do crime, vez que Regílio alegou naquele momento ter plenas condições de reconhecer os seus agressores e de seus colegas. JILVAN VIEIRA PIRES foi encontrado alojado no parque de diversão, que de imediato foi reconhecido e apontado por Regílio como o autor dos golpes de faca que atingiram Fábio Bezerra, sendo logo conduzidos à Delegacia, que lavrou o presente auto de prisão em flagrante delito em desfavor do acusado.

Ressalte-se que a autoridade policial efetuou a oitiva de duas pessoas (fls. 50/52), Richardson Menezes Trapiá e Francisco Rogério Gomes Pinheiro, as quais alegaram não ter sido o acusado o autor do crime em questão, identificando e apontando outra pessoa, identificada como Francivaldo dos Santos Alves, filho de Maria dos Santos Alves dos Anjos e Francisco Soares Monteiro, natural de Teresina/PI, como sendo o autor deste crime.

Ao ser ouvido como testemunha de defesa (fls. 105/105v), Francisco Rogério Gomes Pinheiro disse “(...) que o cunhado (Francivaldo) estava bêbado e afirmou que era ele quem havia furado alguém porque havia apanhado; (...)”. No entanto, Richardson Menezes Trapiá não confirmou suas declarações prestadas no inquérito, dizendo “(...) que não sabe dizer se funcionários do parque participaram do delito; (...)”. (fls. 107/107v).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Note-se, porém, que a vítima Fábio Bezerra de Moura e a testemunhal presencial do fato delituoso, Regílio Alison de Oliveira, alegaram que foram duas pessoas armadas de faca peixeira e apontam de forma clara e concisa JILVAN VIEIRA PIRES como uma das pessoas que golpeou Fábio Bezerra durante a abordagem ocorrida na madrugada do dia mencionado na inicial acusatória.

Note-se, ainda, que a autoridade policial responsável pela lavratura do inquérito (fls. 61/64), noticiou que foram realizadas pesquisas em banco de dados, não sendo possível a identificação da pessoa identificada por Francivaldo dos Santos Alves. Informou, ainda, que diligências junto à polícia do Estado do Piauí serão encetadas em busca da identificação e qualificação dessa pessoa.

Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa (fls. 104/104v e 106/106v) não trouxeram qualquer elemento convincente capaz de pôr em dúvida a credibilidade dos depoimentos das vítimas e testemunhas arroladas pela acusação.

Por oportuno, destaco trecho do depoimento da testemunha de defesa Fernando José Bezerra (fls. 106/106v): *"(...) que viu quando a polícia pegou o acusado; que o acusado quando saiu com a polícia pegou uma camisa que estava dentro da bolsa; que a polícia revirou a bolsa que estava na barraca e pegou a camisa; que apontaram como a camisa que o réu usava na hora do crime uma camisa da Adidas azul com o nome branco; (...); que o réu disse não ter sido o autor das lesões das vítimas; (...); que junto com os três policiais tinha um cidadão, moreno, alto; que a testemunha que estava com a polícia disse que o autor do crime foi JILVAN; que a testemunha disse: "foi esse daí mesmo"; que a testemunha, quando foi aberta a barraca de JILVAN, apontou como autor do delito; (...)"*, o que nos leva a concluir pela credibilidade dos depoimentos prestados pelas vítimas e pelas testemunhas de acusação.

Vê-se, pois, que há indícios suficientes da autoria imputada ao recorrente, o que afasta a possibilidade da impronúncia vindicada na presente irresignação, não se olvidando que na fase de admissibilidade da acusação vigora o princípio *in dubio pro societate*, devendo ser mantida a decisão vergastada a fim de que o réu seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Conforme observou a douta Procuradora de Justiça no parecer (fls. 143), *"(...) na sentença de pronúncia deve o magistrado apenas fazer um juízo de existência de indícios de autoria e materialidade delitiva e, como mero juízo de admissibilidade, não deve entrar no mérito da questão. Destarte, não cabe ao magistrado debruçar-se sobre meritum causae, cumpre-lhe, tão somente, verificar o fumus boni iuris da pretensão punitiva deduzida em juízo. (...)"*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Contrariamente ao expendido pela defesa, em seu recurso, a pronúncia é mero juízo de admissibilidade, não sendo necessária, para tanto, a certeza absoluta das decisões condenatórias, mas, tão somente, a existência de indícios suficientes de ter o réu participado do evento delituoso a si imputado.

Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do *Habeas Corpus* nº 41765/SP, Quinta Turma, Relator Min. Gilson Dipp, publicada no DJ de 19.09.2005, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:

"(...) III. Não há qualquer ilegalidade na decisão monocrática de pronúncia, tampouco no acórdão que a manteve, os quais expuseram, nos exatos termos da lei, um mero juízo de admissibilidade da acusação, assim como determina o Código de Processo Penal.

IV. Somente quando evidente a inexistência de crime ou a ausência de indícios de autoria – em decorrência de circunstâncias demonstradas de plano e estreme de dúvidas – pode o magistrado julgar improcedente a pretensão punitiva, deixando de pronunciar o réu, pois eventuais dúvidas sobre tais circunstâncias deverão ser dirimidas apenas pelo Tribunal do Júri.

V. Tendo o Julgador monocrático evidenciado a existência do homicídio, mencionando o laudo de exame necroscópico, assim como a possível participação do paciente no fato delituoso, com base nos indícios dos autos, não há ilegalidade na sentença de pronúncia.

VI. Ordem parcialmente conhecida e denegada. (...)"

Ante o expendido, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença de pronúncia em todos os seus termos.

Recife, 21 de *maio* de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Juiz Convocado/Relator Substituto